

**IMPACTO DA TAX AVOIDANCE E DO CONTROLE ESTATAL NO DESEMPENHO
EM RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA EM EMPRESAS
BRASILEIRAS****Jislene Trindade Medeiros***Universidade Federal do Ceará***Rômulo Alves Soares***Universidade Federal do Ceará***Márcia Martins Mendes De Luca***Universidade Federal do Ceará***RESUMO**

Investiga-se aqui a associação entre *tax avoidance*, controle estatal e o desempenho em responsabilidade social corporativa (RSC) em empresas brasileiras listadas na B3 no período de 2010 a 2017. Como *proxy* do desempenho em RSC, foi utilizada a classificação geral CSRHub *Overall*, do banco de dados da empresa de consultoria CSRHub. A partir das informações dos respectivos Formulários de Referência, as empresas controladas pelo Estado foram identificadas por meio de uma variável *dummy*. Como *proxies* de *tax avoidance*, foram utilizadas as métricas *Effective Tax Rate* (ETR) e *Cash Effective Tax Rate* (CETR). Com base em uma amostra constituída de 326 observações, constatou-se uma relação positiva e significativa entre as métricas de *tax avoidance* e o desempenho em RSC. Verificou-se, no entanto, que as empresas em que o Estado é o maior acionista não apresentam desempenho em RSC diferente das demais. Portanto, os achados sinalizam que as empresas com melhor desempenho em RSC são também aquelas menos propensas a adotar estratégias de *tax avoidance*, apresentando maior responsabilidade fiscal. Além disso, os resultados demonstram haver uma relação negativa e significativa entre o endividamento e o desempenho em RSC, sugerindo que as empresas brasileiras menos endividadas engajam-se mais em ações de responsabilidade social.

Palavras-Chave: *Tax avoidance*; Controle estatal; Responsabilidade Social Corporativa.

1. INTRODUÇÃO

A sociedade espera que cada empresa leve em conta os efeitos econômicos, ambientais e sociais de suas operações e atividades (Knuutinen, 2014). Apesar do crescente interesse mundial acerca da Responsabilidade Social Corporativa (RSC), Lin-Hi e Müller (2013) afirmam que ainda não há um consenso sobre o significado de RSC. Freeman e Hasnaoui (2011) argumentam que o termo abrange várias áreas sobrepostas, como cidadania empresarial, teoria das partes interessadas, ética nos negócios e sustentabilidade. Segundo Sikka (2010), o termo RSC é frequentemente associado à promessa empresarial de conduta ética e socialmente responsável.

No contexto de questões tributárias, a RSC também se tornou um tópico de atenção, com vários grupos de partes interessadas revisando ativamente as estratégias adotadas pela empresa em suas atividades de planejamento (Knuutinen, 2014). Avi-Yonah (2009) defende que se o envolvimento da empresa em práticas de RSC é legítimo, é de se esperar que ela recolha tributos com a finalidade de fortalecer a sociedade, como parte de sua responsabilidade social.

Entretanto, apesar de a cada dia que passa mais se discutir questões relacionadas às reivindicações de RSC e às práticas corporativas, para se evitar e/ou reduzir o recolhimento de tributos que desabilitam a capacidade dos governos de fornecer educação, saúde, segurança, ou

redistribuir riqueza (Sikka, 2010), pouca atenção acadêmica tem sido dispensada à relação entre a RSC e as estratégias tributárias nas empresas (Christensen & Murphy, 2004). É provável que um dos motivos para se negligenciar essa associação seja o fato de as empresas raramente divulgar informações detalhadas sobre questões tributárias (Sikka, 2010) que possibilitem uma avaliação do seu comportamento fiscal.

Além disso, observa-se que a maioria das pesquisas que examinaram o relacionamento entre RSC e *tax avoidance* (Hoi et al., 2013; Laguir et al., 2015) foi executada com amostras de empresas de países desenvolvidos, e os resultados encontrados são conflitantes, já que, apesar de Lanis e Richardson (2015) e Watson (2015) apontar indícios de que as empresas mais socialmente responsáveis são menos agressivas em termos fiscais, Carroll e Joulfaian (2005) e Sikka (2010) argumentam que algumas empresas que afirmam ser socialmente responsáveis também estão envolvidas em atividades irresponsáveis de *tax avoidance*.

No tocante à estrutura de propriedade e sua correlação com práticas de RSC, de acordo com a Teoria da Agência (Jensen & Meckling, 1979), existem vários problemas no relacionamento entre gestor e investidor e entre pequenos e grandes acionistas, pois os dois tipos de agentes e os dois grupos podem ter interesses conflitantes. Segundo Bressan et al. (2019), diferentes tipos de acionista (famílias, instituições financeiras, conglomerados industriais ou mesmo o Estado) possuem diferentes interesses, e a concentração de propriedade e a identidade do acionista controlador são consideradas variáveis fundamentais para explicar diferentes estratégias de criação, captura e distribuição de valor.

Ao investigar como a concentração acionária nas empresas multinacionais europeias está associada à RSC, Dam e Scholtens (2013) concluíram que aquelas com propriedade mais concentrada (pelo menos um acionista com proporção do capital superior a 5%, 10% e 20%) apresentam políticas de responsabilidade social mais tímidas e um menor desempenho em RSC. De forma semelhante, Ducassy e Montandrou (2015) verificaram que na França, quanto maior for a concentração de propriedade, menor será o desempenho em RSC.

Zu e Song (2009), no entanto, documentaram que os gestores de empresas chinesas em que o Estado é o maior acionista (controlador) e que produzem bens tradicionais têm maior probabilidade de adotar atividades que resultam em melhor desempenho em RSC. Verifica-se, portanto, que as práticas sociais adotadas por uma empresa podem diferir, dependendo do contexto institucional em que ela opera (Campbell, 2007; Matten & Moon, 2008), assim como, para um acionista controlador específico, o investimento em RSC pode ser impulsionado ou desincentivado (Dam & Scholtens, 2013).

Jamali e Karam (2018) relatam a necessidade de explorar a RSC em países em desenvolvimento, como o Brasil, haja vista que as peculiaridades institucionais dessas nações podem levar a diferentes expressões da RSC (Jamali & Neville 2011; Okoye, 2012). Além disso, segundo Idemudia (2011) e Moon e Shen (2010), as conclusões das pesquisas realizadas em países desenvolvidos podem não se aplicar para aqueles em desenvolvimento, em que as atividades de RSC são, por natureza, menos formalizadas e mais filantrópicas (Jamali & Neville, 2011).

Dessa forma, o presente estudo tem por objetivo investigar em que extensão a implementação de estratégias de *tax avoidance* e o controle estatal afetam o desempenho em RSC. Para esse feito, utilizou-se uma amostra de empresas brasileiras listadas na B3 S. A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) no período de 2010 até 2017, utilizando-se como *proxy* para a RSC o índice CSRHub *Overall*, do bando de dados da CSRHub. Foram utilizadas duas métricas – *Effective Tax Rate* (ETR) e *Cash Effective Tax Rate* (CETR) – como *proxies* para *tax avoidance*, calculadas a partir de informações disponíveis no banco de dados da Compustat Global. As empresas controladas pelo Estado foram identificadas por meio de uma variável *dummy* a partir de informações dos respectivos Formulários de Referência.

Os resultados demonstraram uma relação positiva entre as *proxies* de *tax avoidance* e o indicador de RSC, não se identificando, contudo, uma relação significativa entre o desempenho em RSC e a participação do Estado como acionista controlador. Logo, há evidências de que as empresas brasileiras com melhor desempenho em RSC são aquelas que adotam de forma menos agressiva as estratégias de redução dos tributos sobre o lucro. Esses resultados indicam que as empresas não se engajam em práticas de RSC com a finalidade de reduzir a carga tributária, sinalizando outros objetivos, como, por exemplo, a criação de valor, além da manutenção e/ou ampliação da competitividade, como apontado por Rhou et al. (2016) e Torugsa et al. (2012).

O estudo contribui para enriquecer a literatura, ao estender o conhecimento sobre práticas socialmente responsáveis, observando o papel das atividades de *tax avoidance* e do controle estatal no desempenho em RSC de empresas brasileiras, já que esses temas ainda precisam ser examinados em conjunto (Carroll & Jouffaian, 2005; Hanlon & Heitzman, 2010). Além disso, diferentemente da maioria das obras sobre RSC, aqui se analisa o efeito da interação do nível de *tax avoidance* com a estrutura de propriedade no desempenho em RSC, adicionando-se *insights* sobre os determinantes da RSC no Brasil.

2. REVISÃO DA LITERATURA E FORMULAÇÃO DE HIPÓTESES

2.1 Estratégias de *tax avoidance* e desempenho em RSC

Hanlon e Heitzman (2010) definem *tax avoidance* de modo amplo como práticas explícitas de redução de tributos, embora afirmem que não há uma definição universalmente consagrada para *tax avoidance* ou *tax aggressiveness*. Os autores acrescentam que *tax avoidance* representa um *continuum* de estratégias de planejamento tributário, em que o nível de agressividade da *tax avoidance* depende da redução tributária resultante da estratégia adotada, e, assim como a arte, o grau de agressividade está nos olhos de quem vê, já que as pessoas geralmente têm opiniões distintas sobre a agressividade de uma transação.

Segundo Knuutinen (2014), as políticas corporativas em relação aos tributos são frequentemente contraditórias, já que, apesar de os tributos serem um custo como qualquer outro para a empresa, também são uma contribuição econômica para a sociedade. Entretanto, mesmo as empresas que declaram realizar suas atividades de maneira ambiental e socialmente responsável implementam estratégias para minimizar o recolhimento de tributos, algumas vezes de forma agressiva, e excluem dos relatórios de RSC as questões tributárias (Christensen & Murphy, 2004; Knuutinen, 2014).

Além disso, segundo Hoi et al. (2013), embora o recolhimento de tributos seja uma forma de a empresa se envolver com a sociedade, raramente as ações de responsabilidade fiscal são classificadas como atividades de RSC. Christensen e Murphy (2004) observam que os estudos sobre relatórios de RSC não consideram o recolhimento de tributos e o cumprimento das obrigações tributárias como partes das ações de RSC, ainda que as práticas de *tax avoidance* sejam consideradas nocivas para a sociedade (Weisbach, 2002).

Laguir et al. (2015) examinaram o efeito das diferentes atividades de RSC (social, governança, meio ambiente, econômica) no nível de adoção de estratégias de *tax avoidance* em um grupo de empresas francesas, no período de 2003 a 2011. Os resultados indicam que a agressividade fiscal de uma empresa depende da natureza de suas atividades de RSC, sendo que quanto maior for a atividade na dimensão social da RSC, mais baixo será o nível de *tax avoidance*, enquanto a alta atividade na dimensão econômica está associada a um alto nível de agressividade fiscal.

Defendendo que as atividades de *tax avoidance* devem ser consideradas socialmente irresponsáveis e ilegítimas, Lanis e Richardson (2015) investigaram a associação entre o desempenho em RSC e a *tax avoidance* em uma amostra reunindo 434 observações de empresas estadunidenses no período de 2003 a 2009. Os resultados revelaram que quanto maior for o

nível de desempenho em RSC em uma empresa, menor será a probabilidade de ela adotar estratégias de *tax avoidance*. Os autores concluíram que quanto mais a empresa é socialmente responsável, mais cautelosa é ao empreender atividades de *tax avoidance*; logo, menor é a sua agressividade fiscal.

Graham et al. (2014) investigaram os fatores determinantes dos incentivos e desincentivos para que os gestores tributários adotem estratégias de *tax avoidance*. A partir das respostas de executivos de 595 empresas norte-americanas, a segunda razão mais importante para impedir que a empresa se envolva em estratégias de *tax avoidance*, com 69,5%, é o “dano potencial à reputação da empresa”.

De modo convergente, Hoi et al. (2013) argumentam que, ao decidir sobre quais estratégias de *tax avoidance* implementar, os executivos consideram a possibilidade de ocorrência de sanções e julgamentos negativos contra a empresa, já que tais estratégias podem ser interpretadas e divulgadas como eventos corporativos negativos, haja vista que as práticas agressivas de *tax avoidance*, além de se assemelhar a comportamentos oportunistas dos gestores, são contrárias aos interesses da sociedade.

As atividades de RSC também são discutidas sob a perspectiva do gerenciamento de riscos e como prevenção de danos à reputação empresarial (Skapinker, 2004). Godfrey et al. (2009) encontraram evidências de que o engajamento em RSC desempenha um papel importante para mitigar os efeitos de eventos corporativos negativos, e argumentam que a participação da empresa em atividades de RSC fornece um benefício semelhante a um “seguro”, que resulta em reputação corporativa positiva.

Nessa perspectiva, Hoi et al. (2013) defendem que a empresa pode gerenciar as atividades de RSC para se proteger das consequências negativas da adoção de estratégias agressivas de *tax avoidance*, intensificando-as com a finalidade de aumentar sua reputação e reduzir a severidade de possíveis sanções negativas relativas à publicidade negativa da adoção de tais práticas. Assim, se o engajamento em atividades de RSC for uma estratégia de gerenciamento de riscos, a empresa que adota práticas agressivas de *tax avoidance* deve apresentar maior desempenho em RSC. Portanto, tem-se a seguinte hipótese:

Hipótese 1: Quanto mais elevado for o nível de atividades de *tax avoidance*, maior será o desempenho em RSC.

2.2 Controle estatal e desempenho em RSC

Os conflitos de agência entre os principais *stakeholders* são moderados pela estrutura de propriedade (Crisóstomo & Oliveira, 2016). Ao investigar como a concentração acionária nas empresas multinacionais europeias está associada à RSC, Dam e Scholtens (2013) constataram, a partir da análise de 691 empresas de 15 países em 2005, que uma propriedade mais concentrada anda de mãos dadas com políticas mais tímidas de RSC.

No contexto brasileiro, Crisóstomo e Oliveira (2016) analisaram os determinantes da RSC em uma amostra reunindo 1.649 empresas, no período de 2006 a 2011. De acordo com os resultados, nas empresas brasileiras a RSC está inversamente correlacionada com a sua concentração acionária, indicando que os acionistas ordinários podem não encarar as questões sociais como prioridade. Além disso, os autores encontraram evidências de que as empresas líderes em RSC são maiores, têm mais oportunidades de crescimento e são persistentes em sua condição superior de RSC.

Considerando que os mecanismos de governança ajudam a controlar os problemas de agência, Eng e Mak (2003) investigaram a associação entre estrutura de propriedade, composição do conselho e divulgação voluntária, no período de 1991 a 1995, e constataram uma associação positiva e significativa entre a porcentagem de participação do governo no capital social e a divulgação de informações voluntárias; ou seja, observaram que as empresas

em que o Estado detém uma maior proporção de ações ordinárias apresentam nível mais elevado de divulgação de informações voluntárias, se comparadas com as demais.

Rahman et al. (2011) avaliaram o nível de divulgação de RSC em 44 empresas listadas na bolsa de valores da Malásia em que o Estado é o maior acionista. Por meio da análise de conteúdo, os autores desenvolveram um índice de divulgação constituído por 16 itens, com base em quatro temas gerais (recursos humanos, mercado, comunidade e meio ambiente). De acordo com os resultados, as empresas não vêm divulgando apenas boas notícias, mas também notícias negativas. Os autores concluíram que, em certa medida, as empresas vinculadas ao Estado influenciaram as práticas de outras empresas para divulgar informações de RSC no período 2005-2006.

Said et al. (2009) examinaram a relação entre as características da governança corporativa (tamanho do conselho, independência do conselho, dualidade, comitê de auditoria, dez maiores acionistas, porcentagem de ações de propriedade de *insiders*, porcentagem de ações de propriedade estrangeira e porcentagem de ações de propriedade do Estado) e a extensão da divulgação da RSC em empresas da Malásia, por meio da análise de conteúdo do relatório anual e dos *websites* das empresas em 2006. Os autores verificaram que a porcentagem de ações de propriedade do Estado e o comitê de auditoria estão positiva e significativamente correlacionados com o nível de divulgação da RSC, sendo a propriedade do governo a variável mais significativa.

Ao estudar como a estrutura de propriedade afeta a RSC no mercado de capitais chinês, Li e Zhang (2010) observaram que nas empresas não estatais a dispersão da propriedade está positivamente associada à RSC. Entretanto, nas empresas estatais, cujo acionista controlador é o Estado, essa relação é invertida. Os autores atribuíram o relacionamento reverso às interferências políticas, e afirmaram ser importante considerar o tipo de propriedade na avaliação da RSC em mercados emergentes onde predomina a propriedade estatal. Além disso, os resultados também revelam que, na China, o tamanho da empresa, a lucratividade, o poder dos funcionários, a alavancagem e a oportunidade de crescimento afetam a RSC.

De acordo com os argumentos de Keim (1978) e Ullmann (1985), quando a propriedade da empresa se dispersa, eleva-se o nível de RSC. Li e Zhang (2010) defendem que quanto menor for a dispersão da propriedade, maior será o controle do maior acionista sobre a empresa, para desviar a riqueza corporativa. Portanto, quando o maior acionista de uma empresa é o Estado, o governo, por exercer grande influência na gestão corporativa, tem incentivos para direcionar a alta administração para atender a suas expectativas e desviar a riqueza para obter estabilidade social (Bai et al., 2006) e alcançar objetivos não financeiros relacionados a políticas públicas, como, por exemplo, o desenvolvimento de infraestrutura e ações de responsabilidade fiscal, o que ajuda a melhorar a RSC (Li & Zhang, 2010), já que esses objetivos sociais ou políticos exercem pressão sobre as empresas na busca pela RSC (See, 2009). Assim, propõe-se a segunda hipótese, a saber:

Hipótese 2: As empresas controladas pelo Estado apresentam melhor desempenho em RSC.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Seleção da amostra e dados

A amostra do estudo é constituída por 326 observações firma-ano, do período de 2010 a 2017, com dados disponíveis nas bases de dados da CSRHub e da Compustat Global. Ressalte-se que, a fim de se evitar um viés na amostra e problemas de especificação dos modelos, excluíram-se todas as observações de companhias classificadas no setor Financeiro e outros, visto que essas empresas possuem regulação contábil específica que afeta os seus

números contábeis, além de alíquotas tributárias diferentes daquelas incidentes sobre as empresas dos demais setores. Posteriormente, foram excluídas as observações das companhias que apresentaram LAIR (Lucro Antes do Imposto de Renda) negativo, já que tais observações distorceriam a amostra. Além disso, foram excluídas as observações das companhias com ausência de dados e informações necessários para o cálculo das variáveis utilizadas nos modelos.

3.2 Especificação dos modelos

Para se investigar a influência do controle estatal e da *tax avoidance* nas práticas de RSC das empresas do mercado de capitais brasileiro, foram utilizadas informações dos respectivos Formulários de Referência, coletadas com o auxílio do pacote GetDFPData (Perlin et al., 2019), para identificação das empresas controladas pelo Estado. Para se identificar atividades de *tax avoidance*, o estudo utiliza duas *proxies*: a *Effective Tax Rate* – ETR (Hanlon & Heitzman, 2010) e a *Cash Effective Tax Rate* – CETR (Bradshaw et al., 2019).

A ETR representa a porcentagem dos tributos incidentes sobre o resultado da empresa. Assim, a empresa mais agressiva tende a apresentar baixa porcentagem de ETR. Logo, essa variável mensura a propensão de uma empresa para reduzir o recolhimento de tributos sobre o lucro. De acordo com Tang (2015), quando a ETR é menor que a alíquota nominal, há indícios da prática de *tax avoidance*.

Devido às limitações da ETR, já que a medida tanto pode indicar a carga tributária da empresa quanto medir as suas preferências tributárias (Shevlin, 1999), foi procedida uma análise de sensibilidade, utilizando a CETR, *proxy* também utilizada para mensurar o nível de *tax avoidance*, que evidencia os tributos sobre o lucro pagos no período, ou seja, a despesa corrente paga relativa a tributos sobre o lucro (Bradshaw et al., 2019).

Desse modo, para se testar as duas hipóteses do estudo, foram utilizados os seguintes modelos:

$$CSRHub\ Overall_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 ETR_{i,t} + \beta_2 CEST_{i,t} + \beta_3 CEST \times TA_{i,t} + \beta_4 TAM_{i,t} + \beta_5 CRESC_{i,t} + \beta_6 ROA_{i,t} + \beta_7 END_{i,t} + \varepsilon_{it} \quad (\text{modelo I})$$

$$CSRHub\ Overall_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 CETR_{i,t} + \beta_2 CEST_{i,t} + \beta_3 CEST \times TA_{i,t} + \beta_4 TAM_{i,t} + \beta_5 CRESC_{i,t} + \beta_6 ROA_{i,t} + \beta_7 END_{i,t} + \varepsilon_{it} \quad (\text{modelo II})$$

As variáveis utilizadas na pesquisa, bem como sua descrição e fonte de coleta, são apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1
Variáveis utilizadas na pesquisa

Variável		Sigla	Descrição	Fonte
Responsabilidade Social Corporativa		CSRHub Overall	Classificação geral CSRHub Overall (0 – 100) atribuída às quatro principais categorias de desempenho do CSR: sociedade, governança, funcionários e meio ambiente	CSRHub
Tax Avoidance (TA)	Effective Tax Rate	ETR	Razão entre o valor dos tributos correntes sobre o lucro e o LAIR	Compustat Global
	Cash Effective Tax Rate	CETR	Valor dos tributos sobre o lucro pagos dividido pelo LAIR	
Controle Estatal		CEST	Dummy, que assume o valor “1” para empresa sob controle estatal e “0” para empresa não controlada pelo Estado	Formulário de Referência – Item 12.9

Interação do controle estatal com a <i>tax avoidance</i>	CEST x TA	Interação das variáveis controle estatal e <i>tax avoidance</i> (ETR/CETR)	Formulário de Referência – Item 12.9 e Compustat Global
Tamanho	TAM	Logaritmo natural do valor total do Ativo	Compustat Global
Crescimento das vendas	CRES	Porcentagem de crescimento das vendas	
Retorno Sobre o Ativo	ROA	Razão entre o lucro operacional e o valor total do Ativo	
Endividamento	END	Valor das dívidas totais dividido pelo valor total do Ativo	

Nota. Elaborada pelos autores.

3.3 Estratégia de análise

Foi empregada uma série de estratégias de análise estatística. Inicialmente, por meio da estatística descritiva, foi demonstrado o comportamento das variáveis dependentes e independentes, utilizando-se medidas-resumo, gráficos, o Teste *T* e o Teste de Mann-Whitney, que representam o comportamento da média das variáveis *tax avoidance* e controle estatal, e que indicam o desempenho em RSC (CSRHub *Overall*) no período 2010-2017.

Para analisar, de modo multivariado, o impacto da *tax avoidance* e do controle estatal sobre a *proxy* de RSC (CSRHub *Overall*), foram concebidos dois modelos de regressão para dados em painel: o Modelo I, com a variável dependente CSRHub *Overall* sendo explicada pelas variáveis independentes ETR, CEST e ETR x CEST; e o Modelo II, com a citada variável dependente sendo explicada pelas variáveis independentes CETR, CEST e CETR x CEST.

Nos dois modelos, foram controlados os efeitos de variáveis como tamanho da empresa (TAM), variação na receita (CRES), índice de endividamento (END) e Retorno Sobre o Ativo (ROA). Além disso, para cada modelo, foram aplicados o Teste de Multiplicador de Lagrange de Breusch-Pagan e o Teste de Hausman, que indicaram o efeito fixo do painel. Logo, em cada painel foram considerados os efeitos fixos do ano e do setor.

4. RESULTADOS

Inicialmente é apresentada a distribuição quantitativa das empresas da amostra, por ano e setor (Tabela 2). Percebe-se uma evolução anual, saltando de 19 empresas em 2010 para 50 em 2017, com concentração do maior contingente em 2016 (52). Destaque-se que esse aumento no número de empresas brasileiras ao longo dos anos acompanhadas pela CSRHub é convergente com o comportamento observado nos demais países cobertos pelo citado banco de dados.

Tabela 2

Distribuição quantitativa da amostra por ano e setor – 2010-2017

Setor	Ano									Total
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017		
Energia	1	0	2	1	2	1	2	1	10	
Materiais Básicos	5	9	9	7	7	4	6	7	54	
Bens Industriais	1	4	4	4	6	6	8	7	40	
Consumo Cíclico	1	5	8	7	5	11	10	7	54	
Consumo Não Cíclico	4	4	5	5	6	5	4	8	41	
Saúde	0	3	3	4	3	3	4	4	24	
Tecnologia da Informação	0	2	1	2	2	1	2	1	11	
Telecomunicações	2	2	2	3	1	3	3	3	19	
Utilidade Pública	5	6	7	11	5	7	12	10	63	
Exploração de Imóveis	0	0	0	3	2	2	1	2	10	

Total	19	35	41	47	39	43	52	50	326
-------	----	----	----	----	----	----	----	----	-----

Nota. Elaborada pelos autores.

O setor Utilidade Pública se destaca com o maior número de observações (63), seguido de Consumo Cíclico e Materiais Básicos (54 em cada), Consumo Não Cíclico (41) e Bens Industriais (40). Na sequência, foi feita a estatística descritiva das variáveis dependente (CSRHub *Overall*) e independentes (ETR, CETR e CEST). Para cada uma das variáveis foram calculados a média e o desvio-padrão, além dos valores dos quartis. Os resultados são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3
Estatística descritiva das variáveis dependente e independentes

Variável	Média	Desvio-padrão	1º Quartil	Mediana	3º Quartil
CSRHub <i>Overall</i>	54,714	6,676	50,000	55,000	59,000
ETR	0,252	0,177	0,131	0,252	0,336
CETR	0,261	0,181	0,137	0,258	0,337
CEST	0,096	-	-	-	-

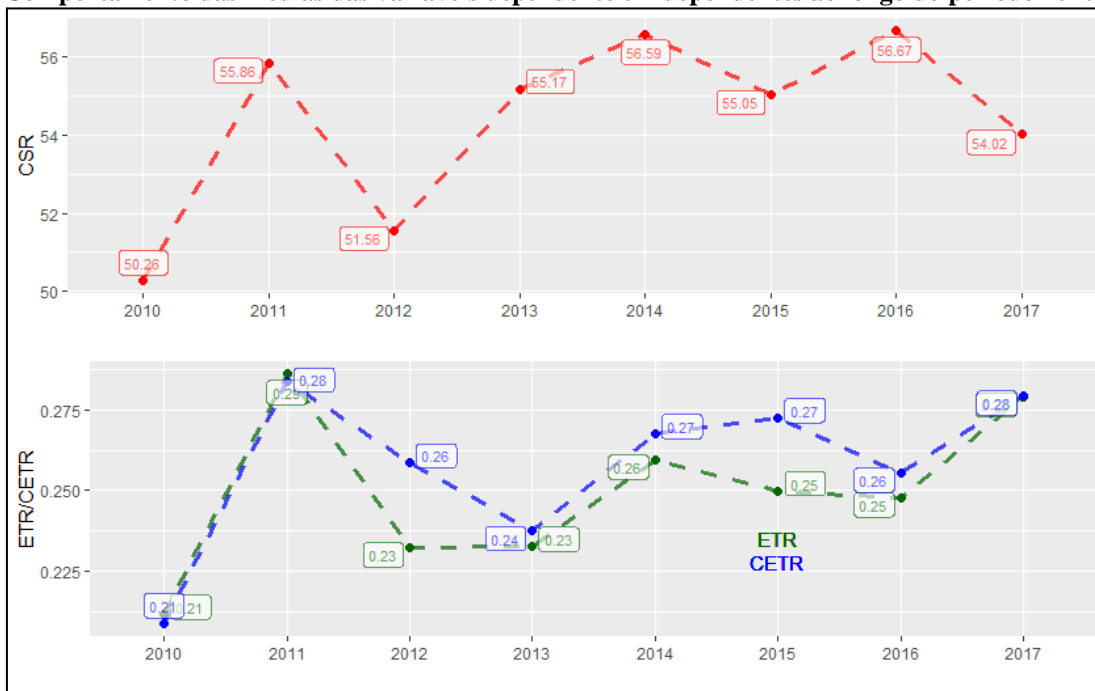
Nota. Elaborada pelos autores.

Observando-se os resultados, é fácil verificar que as empresas brasileiras apresentam desempenho em RSC médio de 54,714 e baixa dispersão. Destaque-se, para as *proxies* de *tax avoidance*, que elas apresentaram médias semelhantes, de 0,252 para a ETR e 0,261 para a CETR, indicando que, em média, as empresas da amostra adotam estratégias de *tax avoidance* para reduzir e/ou evitar o recolhimento de tributos e maximizar o lucro, diminuindo a contribuição econômica da empresa para a sociedade, conforme defendido por Knuutinen (2014).

Para complementar a análise descritiva, procurou-se evidenciar o comportamento médio das variáveis ao longo do tempo (Figura 1). Desse modo, é possível notar, com relação à *proxy* de RSC, que, apesar de uma tendência crescente ao longo dos anos, seu comportamento é volátil, apresentando queda em 2012, 2015 e 2017.

Ainda na Figura 1, destaca-se que, tanto para a ETR quanto para a CETR, os menores valores médios anuais foram obtidos em 2010, de cerca de 0,21 para ambas as variáveis. O maior valor médio foi obtido em 2011, também nas duas variáveis, sendo 0,29 para a ETR e 0,28 para a CETR. Esses resultados sinalizam que, em média, as empresas da amostra, principalmente em 2010, 2012 e 2013, adotaram estratégias agressivas de planejamento tributário com a finalidade de reduzir o recolhimento de tributos, práticas essas contrárias aos interesses da sociedade, segundo Hoi et al. (2013).

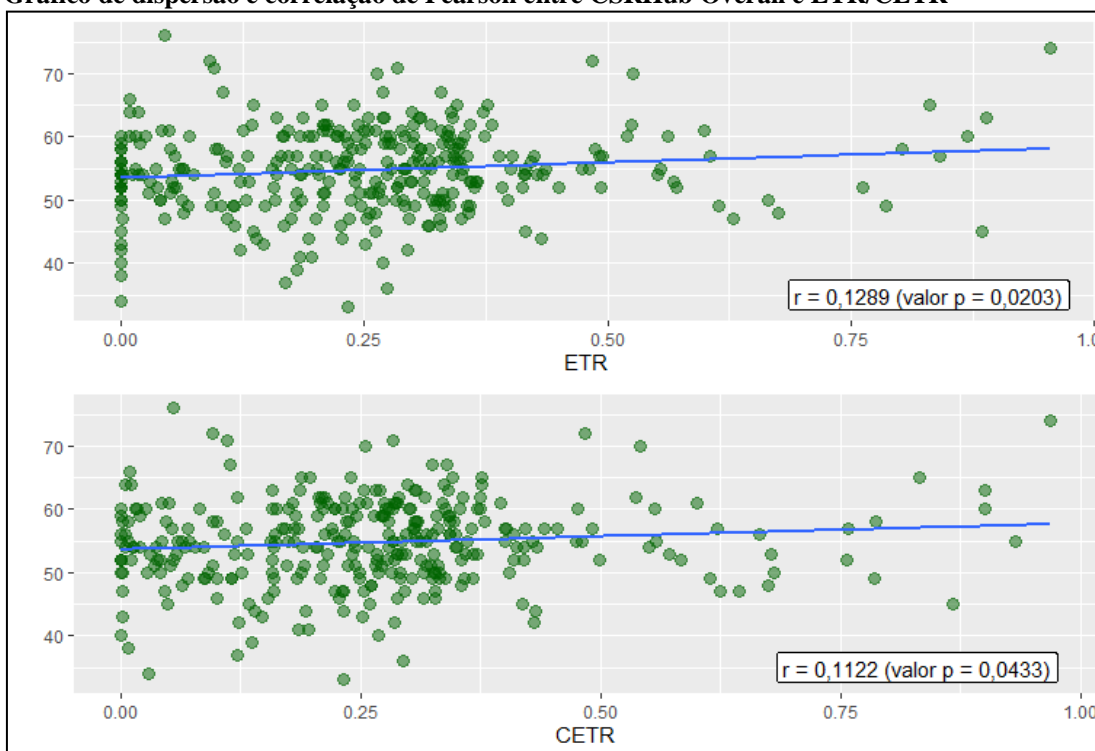
Figura 1
Comportamento das médias das variáveis dependente e independentes ao longo do período 2010-2017



Nota. Elaborada pelos autores.

Ademais, para se estudar, de modo preliminar, a relação entre a RSC e as atividades de *tax avoidance*, foram construídos gráficos de dispersão, que relacionam cada uma das *proxies* ETR e CETR com o CSRHub Overall. Também é apresentado o coeficiente de correlação de Pearson, bem como seu valor *p*. Os resultados são apresentados na Figura 2.

Figura 2
Gráfico de dispersão e correlação de Pearson entre CSRHub Overall e ETR/CETR



Nota. Elaborada pelos autores.

Os resultados evidenciam uma relação positiva e significativa a 5% de ambas as *proxies* de agressividade fiscal com o CSRHub *Overall*. Apesar disso, o valor observado em ambos os casos é relativamente baixo, sendo 0,1289 para o ETR e 0,1122 para o CETR.

Com a finalidade de se verificar se as empresas controladas pelo Estado apresentam desempenho em RSC diferente daquele assinalado pelas demais, foram realizados o Teste *T* e o Teste de Mann-Whitney. Os resultados são mostrados na Tabela 4.

Tabela 4

Estatística descritiva e Teste T e Teste de Mann-Whitney da estrutura de propriedade

Variável	Nº de observações	Média	Desvio-padrão	Teste <i>T</i>	Teste de Mann-Whitney
CEST	31	54,55	5,59	0,100	0,124
Demais empresas	295	56,39	6,76		

Nota. Elaborada pelos autores.

Observa-se que as empresas da amostra em que o Estado é o maior acionista apresentam desempenho em RSC médio de 54,55, que é ligeiramente inferior ao desempenho médio das demais empresas da amostra, e que, de acordo com o resultado do Teste *T* e o do Teste de Mann-Whitney, essa diferença não é estatisticamente significativa. Esses resultados contrariam o defendido por Bai et al. (2006) e Li e Zhang (2010), complementado por See (2009): quando é o controlador de uma empresa, o Estado pode utilizar de sua influência para desviar a riqueza da empresa para obter estabilidade social (Bai et al., 2006) e direcionar a alta gestão para alcançar objetivos não financeiros (Li & Zhang, 2010), melhorando o engajamento em atividades de RSC (See, 2009).

Para se aprofundar o estudo das relações entre as variáveis, foi procedida uma análise de regressão múltipla, controlando os efeitos de outras características da empresa (tamanho, crescimento, rentabilidade e endividamento), além dos efeitos do tempo e do setor. Os resultados da aplicação dos modelos de regressão são apresentados na Tabela 5.

Tabela 5

Regressões múltiplas (variável dependente: CSRHub Overall)

	Modelo I			Modelo II		
	Coefficiente	Estatística <i>T</i>	Valor <i>P</i>	Coefficiente	Estatística <i>T</i>	Valor <i>P</i>
Intercepto	47,669	16,815	0,000	47,227	16,484	0,000
ETR	4,501	2,041	0,042	-	-	-
CETR	-	-	-	4,051	2,025	0,044
CEST	-1,017	-0,483	0,629	-1,184	-0,567	0,571
ETR x CEST	2,221	0,361	0,718	-	-	-
CETR x CEST	-	-	-	3,329	0,510	0,610
Tamanho	-0,041	-0,203	0,839	0,041	0,204	0,838
Crescimento	0,227	0,814	0,416	0,226	0,808	0,420
ROA	-1,190	-1,237	0,217	-1,143	-1,191	0,235
Endividamento	-2,974	-1,963	0,051	-2,871	-1,898	0,059
Efeitos fixos dos setores	Sim			Sim		
Efeitos fixos dos anos	Sim			Sim		
Estatística <i>F</i> (Valor <i>P</i>)	3,128 (0,000)			3,129 (0,000)		
R ²	19,29%			19,30%		
Nº de observações	326			326		

Nota. Elaborada pelos autores.

Os resultados obtidos nas regressões corroboram o que foi evidenciado nas correlações, haja vista que é observada uma influência positiva e significativa a 5% das variáveis ETR e CETR sobre o CSRHub *Overall*. Observa-se que esses achados estão alinhados com aquele verificado por Laguir et al. (2015) e Lanis e Richardson (2015), que encontraram indícios de que quanto maior for o desempenho em RSC de uma empresa, mais baixo será o seu nível de atividades de *tax avoidance*; ou seja, a empresa mais engajada em práticas de RSC adota menos estratégias de planejamento tributário para reduzir e/ou evitar o pagamento de tributos ao erário.

Ademais, esses resultados sinalizam que as empresas da amostra não implementam atividades de RSC com a finalidade de melhorar sua reputação e mitigar possíveis efeitos de eventos corporativos negativos provenientes da adoção de estratégias agressivas de *tax avoidance*, como argumentado por Hoi et al. (2013). Entretanto, não é possível afirmar que os gestores tributários das empresas consideram o dano potencial à reputação corporativa ao decidir quanto ao nível de agressividade fiscal a ser implementado, assim como evidenciado por Graham et al. (2014).

Em relação à estrutura de propriedade, segundo os resultados apresentados na Tabela 5, verifica-se que, alinhadas ao previamente constatado na Tabela 4, as empresas cujo acionista controlador é o Estado não apresentam melhor desempenho em RSC, quando comparadas com as demais, já que o coeficiente da variável CEST encontrado não é significativo a 1%, 5% e 10%. Assim, os resultados contradizem Li e Zhang (2010), segundo os quais há uma correlação negativa e significativa entre RSC e controle estatal, e também Keim (1978) e Ullmann (1985), que observaram indícios de que quando a propriedade da empresa se dispersa, eleva-se o nível de RSC.

Portanto, rejeitam-se as duas hipóteses do estudo, de que (H₁) quanto mais elevado for o nível de atividades de *tax avoidance*, maior será o desempenho em RSC; e de que (H₂) as empresas controladas pelo Estado apresentam melhor desempenho em RSC.

Além das *proxies* de *tax avoidance*, também o endividamento se mostrou significativo, a 10%, exercendo influência negativa sobre a pontuação de RSC. Divergentemente dos achados de Crisóstomo e Oliveira (2016), não foram encontrados coeficientes significantes para as variáveis tamanho e crescimento. Logo, não é possível inferir que as empresas maiores e com mais oportunidades de crescimento apresentam melhor desempenho em RSC. Quanto aos efeitos fixos dos setores, observa-se um coeficiente significativo e positivo para Telecomunicações e Utilidade Pública, tanto para o Modelo I (valor $p < 1\%$) como para o Modelo II (valor $p < 5\%$).

Por último, destaca-se que em ambos os modelos foi identificada uma significância estatística inferior a 1%, com poder de explicação por volta de 19%. Além disso, foram descartados problemas de multicolinearidade entre as variáveis, haja vista que os valores de VIF para os modelos I e II situaram-se entre 1,02 e 1,16.

5. CONCLUSÃO

A *tax avoidance*, a estrutura de propriedade e a RSC são importantes tópicos de pesquisa na literatura contábil, assim como é escassa a literatura que investiga o relacionamento entre esses temas, principalmente em países em desenvolvimento, como o Brasil. Assim, esta pesquisa teve por objetivo analisar em que extensão a implementação de estratégias de *tax avoidance* e o controle estatal afetam o desempenho em RSC nas empresas de capital aberto listadas na B3 no período de 2010 a 2017. Para tanto, foram utilizadas técnicas de estatística descritiva, gráficos, Teste *T* e Teste de Mann-Whitney e modelos de regressão de dados em painel com efeitos fixos para ano e setor.

Apesar de Hoi et al. (2013) afirmarem que o pagamento de tributos e as ações de responsabilidade fiscal muitas vezes não sejam considerados atividades de RSC, e de

Christensen e Murphy (2004) e Knuutinen (2014) argumentarem que até as empresas engajadas em atividades de RSC adotam estratégias de *tax avoidance*, inclusive de forma agressiva, os resultados evidenciados nesta pesquisa são divergentes daqueles observados na literatura, tanto em relação à influência da *tax avoidance*, como em relação ao impacto do controle estatal no desempenho em RSC.

Dessa forma, podem ser rejeitadas as hipóteses norteadoras da pesquisa (quanto mais elevado for o nível de atividades de *tax avoidance*, maior será o desempenho em RSC – H₁; as empresas controladas pelo Estado apresentam melhor desempenho em RSC – H₂), já que os resultados indicam que quanto maior for o desempenho em RSC, mais baixo será o nível de agressividade fiscal, e, conseqüentemente, maior será a responsabilidade fiscal; e que as empresas controladas pelo Estado não apresentam desempenho em RSC diferente daquele assinalado pelas demais empresas listadas na bolsa de valores brasileira.

Como limitações da pesquisa, evidencia-se, inicialmente, que a *proxy* escolhida para representar o desempenho em RSC, apesar de permitir uma análise mais abrangente desse desempenho, não considera separadamente as quatro dimensões da RSC: sociedade, governança, funcionários e meio ambiente. Além disso, como a métrica se baseia em escores calculados por uma terceira parte (a empresa de consultoria CSRHub), a amostra limita-se às empresas com dados disponíveis nessa base.

Para pesquisas futuras, sugere-se investigar separadamente as dimensões associadas à RSC que digam respeito a questões ligadas a sociedade, governança, empregados e meio ambiente, além de analisar o efeito de outros tipos de controle, como, por exemplo, institucional e familiar. Tal exame pode aprofundar o entendimento de como as atividades de *tax avoidance* e a estrutura acionária afetam o desempenho de práticas de RSC no Brasil.

REFERÊNCIAS

- Avi-Yonah, R. S. (2009). Taxation, corporate social responsibility and the business enterprise. *CLPE Research paper*, (19).
- Bai, C. E., Lu, J., & Tao, Z. (2006). The multitask theory of state enterprise reform: empirical evidence from China. *American Economic Review*, 96(2), 353-357.
- Bradshaw, M., Liao, G., & Ma, M. S. (2019). Agency costs and tax planning when the government is a major Shareholder. *Journal of Accounting and Economics*, 67(2-3), 255-277.
- Bressan, A. A., Schiehl, E., Procianny, J. L., & Castro, L. R. K. D. (2019). Perspectivas da pesquisa em governança de empresas familiares no Brasil. *Revista de Administração Contemporânea*, 23(6), 696-702.
- Campbell, J. L. (2007). Why would corporations behave in socially responsible ways? An institutional theory of corporate social responsibility. *Academy of management Review*, 32(3), 946-967.
- Carroll, R., & Joulfaian, D. (2005). Taxes and corporate giving to charity. *Public Finance Review*, 33(3), 300-317.
- Christensen, J., & Murphy, R. (2004). The social irresponsibility of corporate tax avoidance: Taking CSR to the bottom line. *Development*, 47(3), 37-44.
- Crisóstomo, V. L., & Oliveira, M. R. (2016). Uma análise dos determinantes da responsabilidade social das empresas brasileiras. *Brazilian Business Review*, 13(4), 75.
- Dam, L., & Scholtens, B. (2013). Ownership concentration and CSR policy of European multinational enterprises. *Journal of Business Ethics*, 118(1), 117-126.

- Ducassy, I., & Montandrou, S. (2015). Corporate social performance, ownership structure, and corporate governance in France. *Research in International Business and Finance*, 34, 383-396.
- Eng, L. L., & Mak, Y. T. (2003). Corporate governance and voluntary disclosure. *Journal of Accounting and Public Policy*, 22(4), 325-345.
- Freeman, I., & Hasnaoui, A. (2011). The meaning of corporate social responsibility: The vision of four nations. *Journal of Business Ethics*, 100(3), 419-443.
- Godfrey, P. C., Merrill, C. B., & Hansen, J. M. (2009). The relationship between corporate social responsibility and shareholder value: An empirical test of the risk management hypothesis. *Strategic Management Journal*, 30(4), 425-445.
- Graham, J. R., Hanlon, M., Shevlin, T., & Shroff, N. (2014). Incentives for tax planning and avoidance: Evidence from the field. *The Accounting Review*, 89(3), 991-1023.
- Hanlon, M., & Heitzman, S. (2010). A review of tax research. *Journal of Accounting and Economics*, 50(2-3), 127-178.
- Hoi, C. K., Wu, Q., & Zhang, H. (2013). Is corporate social responsibility (CSR) associated with tax avoidance? Evidence from irresponsible CSR activities. *The Accounting Review*, 88(6), 2025-2059.
- Idemudia, U. (2011). Corporate social responsibility and developing countries: moving the critical CSR research agenda in Africa forward. *Progress in Development Studies*, 11(1), 1-18.
- Jamali, D., & Karam, C. (2018). Corporate social responsibility in developing countries as an emerging field of study. *International Journal of Management Reviews*, 20(1), 32-61.
- Jamali, D., & Neville, B. (2011). Convergence versus divergence of CSR in developing countries: An embedded multi-layered institutional lens. *Journal of Business Ethics*, 102(4), 599-621.
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1979). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs, and ownership structure. In *Economics social institutions* (pp. 163-231). Springer, Dordrecht.
- Keim, G. D. (1978). Corporate social responsibility: An assessment of the enlightened self-interest model. *Academy of Management Review*, 3(1), 32-39.
- Knuutinen, R. (2014). Corporate social responsibility, taxation and aggressive tax planning. *Nordic Tax Journal*, 2014(1), 36-75.
- Laguir, I., Staglianò, R., & Elbaz, J. (2015). Does corporate social responsibility affect corporate tax aggressiveness?. *Journal of Cleaner Production*, 107, 662-675.
- Lanis, R., & Richardson, G. (2015). Is corporate social responsibility performance associated with tax avoidance?. *Journal of Business Ethics*, 127(2), 439-457.
- Li, W., & Zhang, R. (2010). Corporate social responsibility, ownership structure, and political interference: Evidence from China. *Journal of Business Ethics*, 96(4), 631-645.
- Lin-Hi, N., & Müller, K. (2013). The CSR bottom line: Preventing corporate social irresponsibility. *Journal of Business Research*, 66(10), 1928-1936.
- Matten, D., & Moon, J. (2008). "Implicit" and "explicit" CSR: A conceptual framework for a comparative understanding of corporate social responsibility. *Academy of management Review*, 33(2), 404-424.
- Moon, J., & Shen, X. (2010). CSR in China research: Salience, focus and nature. *Journal of Business Ethics*, 94(4), 613-629.
- Okoye, A. (2012). Exploring the relationship between corporate social responsibility, law and development in an African context: Should government be responsible for ensuring corporate responsibility?. *International Journal of Law and Management*, 54(5), 364-378.

- Perlin, M., Kirch, G., & Vancin, D. (2019). Accessing financial reports and corporate events with GetDFPdata. *Revista Brasileira de Finanças*, 17(3), 85-108.
- Rahman, N. H. W. A., Zain, M. M., & Al-Haj, N. H. Y. Y. (2011). CSR disclosures and its determinants: Evidence from Malaysian government link companies. *Social Responsibility Journal*.
- Rhou, Y., Singal, M., & Koh, Y. (2016). CSR and financial performance: The role of CSR awareness in the restaurant industry. *International Journal of Hospitality Management*, 57, 30-39.
- Said, R., Zainuddin, Y. H., & Haron, H. (2009). The relationship between corporate social responsibility disclosure and corporate governance characteristics in Malaysian public listed companies. *Social Responsibility Journal*.
- See, G. (2009). Harmonious society and Chinese CSR: Is there really a link?. *Journal of Business Ethics*, 89, 1-22.
- Shevlin, T. (1999). Research in taxation. *Accounting Horizons*, 13(4), 427-441.
- Sikka, P. (2010). Smoke and mirrors: Corporate social responsibility and tax avoidance. *Accounting forum*, 34 (3-4), 153-168.
- Skapinker, M. (2004). Strategies to avoid being ambushed by public opinion, Financial Times, March 5.
- Tang, T. Y. (2015). Does book-tax conformity deter opportunistic book and tax reporting? An international analysis. *European Accounting Review*, 24(3), 441-469.
- Torugsa, N. A., O'Donohue, W., & Hecker, R. (2012). Capabilities, proactive CSR and financial performance in SMEs: Empirical evidence from an Australian manufacturing industry sector. *Journal of Business Ethics*, 109(4), 483-500.
- Ullmann, A. A. (1985). Data in search of a theory: A critical examination of the relationships among social performance, social disclosure, and economic performance of US firms. *Academy of Management Review*, 10(3), 540-557.
- Watson, L. (2015). Corporate social responsibility, tax avoidance, and earnings performance. *The Journal of the American Taxation Association*, 37(2), 1-21.
- Weisbach, D. A. (2002). An economic analysis of anti-tax-avoidance doctrines. *American Law and Economics Review*, 4(1), 88-115.
- Zu, L., & Song, L. (2009). Determinants of managerial values on corporate social responsibility: Evidence from China. *Journal of Business Ethics*, 88(1), 105-117.